



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**PRESIDENTE: SANDRA SANTANA**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
DATA: 05 DE DEZEMBRO DE 2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens
- Falha na transmissão

**A SRA PRESIDENTE (Sandra Santana)** – Bom dia a todos.

Declaro abertos os trabalhos da 17ª Audiência Pública de 2022 que a Comissão de Constituição e Justiça e Legislação Participativa realiza hoje, 5 de dezembro, convocada para instruir diversos projetos de lei.

Presente o Vereador Fabio Riva, Líder do Governo.

Informo que essa audiência pública está sendo transmitida no *site*, no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo. Sua realização vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde 1º de dezembro e foi publicada no jornal *O Estado de S.Paulo* em 1º de dezembro e no jornal *Folha de S.Paulo* em 2 de dezembro.

As inscrições para a participação do público ficaram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde primeiro dia 1º de dezembro, devendo os inscritos, pelo *site*, participar pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a secretaria da comissão. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Declaro aberta audiência pública para tratar do PL 670 de 2022, do Executivo, que “dispõe sobre a prorrogação do prazo até 31 de março 2023 para revisão participativa do Plano de Diretor Estratégico. Alterando o previsto no parágrafo único do Art. 4º da Lei 16 050/14 já prorrogado, anteriormente, pelas Leis 17.725/21 e 17.837/22”.

Para compor a Mesa, convido os Srs: José Armênio de Brito Cruz, Secretário-Adjunto da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento representando, neste ato, o Secretário Marcos Duque Gadelho; e a Sra. Patrícia Saran, Assessora de Participação Social. Registrar a presença da Sra. Marina Magro Beringhs Martinez, Procuradora-Geral do Município, de forma virtual; Sra. Denise Soares Ramos, Chefe de Gabinete da Secretaria da Casa Civil, representando, neste, Fabricio Cobra, Secretário Chefe da Casa Civil; e Luiz Felipe Vidal Arellano, Secretário-Adjunto representando, nesse ato, o Secretário Municipal da Fazenda, Guilherme Bueno de Carvalho.

Passo a palavra ao Dr. José Armênio.

**O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ** – Obrigado Vereadora.

Venho apresentar a proposta do Executivo para prorrogação de prazo da apresentação da revisão do Plano Diretor. Agradeço sua apresentação e a oportunidade de estar aqui novamente na Câmara Municipal de São Paulo, procurando abrir todo o processo que a gente está fazendo de revisão do Plano Diretor.

Vou, rapidamente, fazer uma apresentação de uma justificativa desse pedido de prorrogação e depois a Patrícia vai apresentar um pouco os números do processo de revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico.

O art. 4º do Plano Diretor, aprovado em 2016, previa a revisão, já em 2021, a revisão intermediária do Plano Diretor. Em função da questão da pandemia em 2020, nós pedimos uma prorrogação para 31 de dezembro de 2022. No entanto, durante esse processo, que foi bastante pautado e todos os esforços da Secretaria coordenado pelo Secretário Marcos Gadelho, foram no sentido de ampliar cada vez mais a participação social, participação popular dentro do processo de revisão do Plano Diretor. Realizamos, dentro dos meios virtuais e presenciais, todos os processos, todas as oportunidades de recolher contribuições para essa revisão.

O que acontece, foi assim: no ano passado, recebemos uma ação civil pública da Defensoria do Estado – desculpe da Defensoria - que levantou uma questão bastante pertinente, que era da necessidade de ampliação do processo participativo também para as pessoas deficientes, idosos, etc. Assim, então fizemos. Foram 55 dias para adequação de todos os meios de divulgação, de discussão, de todo o processo participativo.

Gostaria de agradecer aqui, registrar o agradecimento à SMPD, Secretaria da Pessoa Deficiente, que foi muito importante nesse processo junto à SMUL, para que nós conseguíssemos adaptar, traduzir, fazer as adaptações de textos, figuras, falas, transformar falas em texto, ou seja, tecnicamente, todos os meios que nós pudéssemos fazer para que o processo de discussão da revisão intermediária fosse aberto, entendido e com possibilidade de participação, também, das pessoas deficientes em todos os aspectos, de todo tipo de deficiência. A ação durou 55 dias até que apresentamos todos os processos gerados para a revisão dessas

traduções e adaptações isso foi julgado “okay”, eu digo, procedente. A gente adaptou positivamente e conseguimos retomar o processo de revisão em 55 dias.

Então é sobre esse período que nós estamos pedindo a prorrogação agora por conta de recessos, aqui da Câmara, inclusive, até o dia 30 de março, para que nós apresentássemos o resultado da terceira etapa, que é a minuta de revisão do Plano Diretor. Está tudo em curso. A gente está internamente trabalhando. Eu pedi para a Patrícia, que coordena a participação social na Secretaria, vir aqui para apresentar o estágio em que está, mas eu vou falar rapidamente. Ela vai apresentar como foi a primeira etapa do diagnóstico, como foi a segunda etapa das propostas e como está estruturada essa terceira etapa da publicação da minuta do PL, que concluiria na discussão em audiências, da própria minuta do PL.

É importante dizer - e quero registrar aqui na audiência da Câmara -, que nas outras audiências que foram levantadas algumas observações sobre o número de participações. Nós estamos tendo um número de participação bastante significativo. Eu gostaria de registrar, como arquiteto e como Secretário-Adjunto, hoje, o seguinte: o número de participações nesse processo participativo tem sido bastante significativo. Para vocês terem uma ideia, agora na segunda etapa de proposições que está sendo consolidada para devolutiva, aproximadamente 2.500 contribuições de propostas de munícipes para a revisão do Plano Diretor. Isso é muito importante, porque eu já ouvi em audiências, às vezes, pessoas dizerem: “não, porque a cidade tem 12 milhões de pessoas, etc.” É importante registrar, e eu afirmo, esse número é bastante importante, principalmente, se comparamos com o processo participativo de construção desse Plano Diretor em 2013.

Nós temos uma variação, às vezes para mais, às vezes para menos, de centenas de contribuições. Mas a participação nunca saiu dessa escala, que é a escala que nós estamos, no momento de 1.400 numa etapa, em 2013, aqui um pouco mais, ou numa etapa um pouco menos. É importante dizer o seguinte: o processo participativo da revisão intermediária do Plano Diretor está sendo feito com todos os esforços da SMUL, da Prefeitura de São Paulo, em audiências, oficinas, seminários.

A Patrícia vai expor com detalhes como foi, mas tem sido um sucesso essa participação social e a contribuição da população para a revisão intermediária do Plano Diretor. Eu registro, só para todo mundo ter a escala, esse número de participação é então um número absolutamente significativo e absolutamente dentro dos processos normais de elaboração de um Plano Diretor, de uma cidade importante, quer dizer, uma lei importante como essa, numa cidade como São Paulo.

A Patrícia vai apresentar, por detalhe, o processo de revisão com número, tanto do número de participação nas audiências e oficinas, como também das contribuições.

Para finalizar, gostaria de frisar que nós temos feito um processo participativo, que é bastante plural e ouvimos diversas contribuições que às vezes parecem contraditórias, são de lados diversos dos munícipes. Mas, isso é muito bom para que nós tenhamos um mapa e uma direção positiva para a revisão do Plano Diretor.

Então, eu posso pedir para a Patrícia, para ela apresentar os detalhes, então?. Muito obrigado, Vereadora.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana)** – Obrigada Dr. José Armênio, Gostaria de registrar a presença dos vereadores: Sansão Pereira e Rubinho Nunes.

Isso que o Dr. José Armênio falou é extremamente importante. Quero agradecer muito o nosso Prefeito Ricardo Nunes, essa preocupação, o Secretário Marcos Gadelho. Houve, sim a provocação por parte de um órgão, para que desse mais acessibilidade. Isso está sendo cumprido. Foi uma reivindicação justa, mas nós já havíamos feito uma rodada importante de encontros por toda cidade. Eu participei ativamente da reunião feita pela Subprefeitura Freguesia/Brasilândia. Nós tínhamos lá mais de 100 pessoas participando de diversos segmentos, de diversas frentes. Isso demonstra a vontade e o desejo que essa gestão tem em abrir diálogos com absolutamente todos. Não é uma caixinha fechada, não é, Patrícia? Estamos sempre muito abertos e receptivos para que todos possam estar participando.

Eu costumo dizer que se nós desejamos mudança, o que nós precisamos fazer é participar e a gente tem notado que ao longo dos anos as pessoas se afastaram muito das

questões de gestão pública, do Poder Executivo. E a gente tem buscado fomentar exatamente o caminho contrário, que participem mais, que tragam mais ideias, mais sugestões. Só assim a gente vai conseguir ter uma cidade muito mais justa, com menos desigualdades sociais.

Passo a palavra a Sra. Patricia Saran.

**A SRA. PATRICIA SARAN** – Muito obrigada, Vereadora Sandra Santana. Muito obrigada pelo espaço, acho que é bem isso mesmo que a senhora colocou. Cumprimento também os demais Vereadores: Fabio Riva, Sansão Pereira e Rubinho Nunes, demais participantes convidados da audiência pública.

Apenas complementando tudo o que o nosso Secretário-Adjunto colocou, vale lembrar que esse processo foi iniciado em 2021, ainda com um momento de crise sanitária bem mais complicado. Ele era apenas virtual. Houve algumas dificuldades de consenso com o Conselho Municipal de Política Urbana. Foi uma etapa preliminar, eu assumi essa coordenação em 2022, quando a gente reorganizou datas e calendário e propostas, atividades. E foi iniciada, apesar de ter sido prorrogada até 31 de julho, o início propriamente dito da consulta pública se deu no final de abril. Então nós tivemos maio, junho, julho, já estava bem apertado, veio a ação civil pública para ajustes na acessibilidade das plataformas virtuais que, como o Zé Armênio colocou, paralisou alguns dias e deixamos de trabalhar o processo participativo durante 55 dias e, nesse interim, quando retomado, a Câmara prorrogou, porque entendeu que era um tempo pequeno.

Ocorre que, além do processo de eleição, Copa do Mundo, que estamos passando também, a gente se aproxima do período de festas agora em dezembro e janeiro também, é um mês muito complicado para fazer participação social. Eu sempre falo que a gente precisa seguir o calendário escolar, evitar o período de férias e de festas, para darmos acesso amplo à população. Então essa ampliação desses dois meses, os 55 dias, justifica esse pedido até o final de março, no intuito do final de janeiro utilizar fevereiro e março para fazer essas agendas e finalizar o processo.

Trouxemos uma apresentação e vou pedir a gentileza para colocar na tela.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

**A SRA. PATRICIA SARAN** – Eu vou falar um pouco das atividades que já realizamos e do que ainda está proposto para a etapa 3 do processo participativo.

Poder mudar, por favor.

Aqui temos a etapa 1, que a Vereadora Sandra Santana colocou, onde a gente realizou 32 oficinas pela cidade e tivemos um total de 96 dias da sua realização, isso já descontado o tempo de paralisação. Nós realizamos 50 atividades, aconteceu a consulta *on-line*, 32 oficinas com 1.716 participantes e 2.977 contribuições; realizamos nove audiências temáticas com 576 participantes, mais 2.342 visualizações pela plataforma digital até o dia 30. Isso a gente continua ainda contando, porque é um formato novo que a gente não pode deixar de considerar e temos que estimular essa situação híbrida, porque percebemos que muitas vezes a pessoa não pode ir no dia da audiência, mas ela pode vir no dia seguinte, na semana seguinte. E eles continuam se apropriando do conteúdo desenvolvido, mesmo que na etapa 1, e isso só vai alimentar e subsidiar a população para a contribuição para a minuta final.

Nós também realizamos três reuniões com os segmentos. Tivemos 141 participantes, 586 visualizações no YouTube e 30 contribuições até 30/11; tivemos dois encontros com povos indígenas das aldeias do Jaraguá e das aldeias da região de Parelheiros; tivemos 41 participantes; e tivemos duas reuniões com o C MPU para discutir a proposta, para discutir o diagnóstico, porque outras reuniões com o Conselho foram realizadas também. Essa reunião teve 746 visualizações até 30/11 e tivemos reuniões com o Grupo de Trabalho do C MPU, que também foi orientando e subsidiando a construção das propostas metodológicas e das agendas. Fizemos uma reunião também a convite do Comusan Conecta, que reúne o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário e também o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Foi uma reunião muito bacana, totalizando 5.679 contribuições e até 30/11 tivemos 4.399 visualizações e totalizaram 2.474 participações durante a realização dos encontros.

Pode passar para a próxima tela, por favor.

Aí é um resumo do que foi o período da ação civil pública, que rezava sobre a acessibilidade nas plataformas digitais. A Prefeitura, com o apoio da SMPD, desenvolveu um amplo trabalho com a equipe interna de tornar os documentos publicados nas plataformas acessíveis de diversas formas, além de fazer um treinamento também com a equipe para as demais agendas e demais apresentações que realizaríamos. Nesse tempo fomos dando retorno para o Tribunal de Justiça, para a Defensoria, e ele resultou em 43 dias de suspensão efetiva. Depois desses 43 dias nós reorganizamos o calendário e reiniciamos a consulta no dia 4 de julho. Então, foram 55 dias de paralisação das ações e depois elas foram retomadas no dia 4 de julho.

Próximo, por favor.

Já o resumo da etapa 2, que foi uma etapa de levantamento de propostas, teve 31 dias de consulta pública e resultou em 20 atividades participativas com 3.655 participações, onde tivemos 1.588 participantes. Na verdade, nós tivemos 18 reuniões, envolvendo 78 colegiados do município. Nessa etapa a estratégia foi envolver os colegiados já constituídos no município que tenham um envolvimento direto com as políticas desenvolvidas no Plano Diretor Estratégico e foi muito rico o encontro, desenvolvendo, fortalecendo as instituições já formalizadas, divulgando, na medida do possível, porque pedimos a pauta em cada reunião que eles organizavam ordinariamente. Fizemos uma consulta *on-line* como da primeira etapa, em que tivemos 661 propostas pelo formulário *on-line* e 411 pelo Participe Mais. Essa inovação do formulário *on-line* resultou de um pedido da sociedade civil por conta das dificuldades de acesso ao Participe Mais, especialmente em celulares, porque é uma plataforma antiga que foi desenvolvida para o uso em *desktop*, em computadores. Então o celular resulta um esforço hercúleo para a pessoa entrar, se cadastrar, entender. Então, abrimos esse formulário eletrônico como uma experiência e foi muito exitoso. Tínhamos uma possibilidade de uma maior quantidade de informações, maior espaço na plataforma. Foi bem bacana.

Além disso, abrimos também a possibilidade de contribuição presencial nas subprefeituras. As praças de atendimento estavam recebendo, como se fosse um partícipe mais

aberto, só que ele era presencial para aquelas pessoas que têm dificuldade com a utilização dos sistemas eletrônicos e muitas subprefeituras promoveram agendas, encontros, audiências, reuniões e fomentaram também a provocação dessas contribuições.

Além disso, fizemos um seminário acadêmico que foi apoiado pelo C MPU na escolha dos participantes, dos palestrantes, nos temas dos painéis. Foi realizado no dia 11/11, na Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco, e reuniu 293 participantes e até dia 30, 1.029 visualizações. Então fica evidente a importância da participação digital sem prejuízo das reuniões presenciais, um exemplo bem bacana. O seminário durou 10 horas, começou às 8h30 da manhã. Era um seminário híbrido, só que não tínhamos uma estrutura para a participação híbrida como no momento dessa reunião. O que fizemos foi um seminário presencial com transmissão ao vivo pela plataforma virtual. Então quem estava em qualquer outro lugar e não tinha a disponibilidade de estar presente, podia assistir. O seminário serve muito para subsidiar a população com o que é tratado. Foi um momento de abertura para várias opiniões complementares da sociedade civil, da academia, dos empresários, foi o momento bem bacana onde a sociedade falou e a Prefeitura ouviu. Ouvimos bastante, foi muito bacana essa etapa e resultou em 3.655 participações, somando os participantes presenciais as 659 participações em consulta pública porque tínhamos como identificar o CPF dessas contribuições e 2.607 visualizações de todas as agendas realizadas. Foram 1.843 propostas, sendo 1.636 propostas, mais 207, que foram de formulários da etapa 1, apesar de ser uma etapa de discussão do diagnóstico, na etapa 1, algumas pessoas quiseram já oferecer propostas. Então, elas foram recepcionadas e consideradas na análise e na etapa 2. Tudo isso resultou em 2.539 subpropostas, chamamos assim porque muitas vezes a gente recebia um caderno de propostas com vários assuntos. Então, elas foram desmembradas, isso também resultou num processo de análise interna mais longo, isso é outro fator que também contribuiu para esse pedido de ampliação desse período e também porque a gente queria analisar. A Secretaria quer analisar com cuidado, com carinho, tudo que chegou da sociedade civil e queria ter um tempo razoável que não fosse compatibilizado com as festas de final de ano, com possíveis dificuldades. É um

período mais conturbado ainda quando troca com Copa do Mundo.

Então, entendemos que faríamos um trabalho melhor se a gente pedisse essa prorrogação, e tem outra questão que vai ao encontro do que a Vereadora colocou do fortalecimento da participação social, quando fazemos um retorno consistente, quando fazemos uma devolutiva clara, o cidadão se sente contemplado, mesmo que o pedido dele não tenha sido acolhido, mas, quando ele vê que a Prefeitura leu e justificou, dizendo que o pedido não cabia no momento, que o pedido seria analisado em outro âmbito, ou que o que ele solicitou seria contrário à política, um retorno mesmo que ele não seja acolhido, quando o cidadão percebe que a Prefeitura olhou, analisou, fortalecemos essa participação social. Então, ele vai continuar a participar dos próximos processos, dos próximos projetos, tanto com o Executivo, quanto com o Legislativo, no próximo passo que vem para cá.

Sobre a etapa 3, temos a previsão de realizar mais uma consulta eletrônica na plataforma Participe Mais, também vamos abrir o formulário eletrônico que foi muito bem aceito. Futuramente vamos buscar evoluir a plataforma com a Secretaria de Gestão e realizaremos duas audiências públicas virtuais e uma audiência pública presencial. Além disso, vamos fazer uma nova rodada de reuniões com todos aqueles colegiados que já nos encontramos, mostrando o resultado, a minuta, como ficou. Também colhendo contribuições para um possível aprimoramento. Depois disso vamos fazer uma reunião, uma devolutiva final, onde vamos mostrar para a sociedade civil o resultado de todo esse processo no âmbito do Poder Executivo e mostrar a minuta que vai ser encaminhada para essa Casa para reabertura do processo participativo e discussões, agora, no âmbito do Poder Legislativo.

Aqui estamos falando do PL 670/2022, que é objeto dessa audiência pública que pede a revisão, que se prorrogue, que se amplie até 31 de março. Vou falar um pouquinho dos impactos que o nosso Secretário adjunto já colocou aqui e a ampliação do calendário. Aqui temos um *link*, mas acho que eu não trouxe o calendário. É uma proposta de datas que vamos discutir com o Conselho de Política Urbana também no próximo dia 8. Acho que por isso está esse calendário.

A linha do tempo ia ficar dessa forma, esticando um pouquinho mais para termos mais qualidade na discussão. E é isso. As informações todas estão nesse *site*, no Plano Diretor SP, e todos os documentos, todos os registros que a gente já desenvolveu também estão nesse *site*, num processo SEI para acompanhamento pela sociedade.

É isso, Vereadora. Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana)** – Obrigada, Patricia.

Neste momento, pergunto se a Denise Soares Ramos, Chefe de Gabinete da Casa Civil, gostaria de se manifestar.

**A SRA. DENISE SOARES RAMOS** – Bom dia, Presidente. Bom dia demais Vereadores.

Na figura do nosso Líder de Governo Fabio Riva, agradeço esta oportunidade. Acho que tanto o Secretário José Armênio como a Patrícia já colocaram muito bem essa necessidade da prorrogação por um prazo curto, mas necessário para a gente finalizar esse processo, que contou com bastante participação popular. Aliás, essa tem sido uma tônica dessa gestão. O Prefeito Ricardo Nunes tem valorizado muito a participação, tanto é que aqui na Casa Civil temos uma Coordenadoria que cuida disso, a Coordenadoria de Participação Social, dando maior ênfase aos Conselhos em geral e a toda forma de participação da sociedade.

Acredito que essa prorrogação não trará nenhum prejuízo. Ao contrário: vai ajudar a gente a ter uma revisão do Plano Diretor de maneira melhor, com mais informações e conseguindo atender melhor às demandas da sociedade. Era isso. Acho que a explicação da Patrícia foi bastante detalhada, e as palavras do Secretário José Armênio expõem bastante a nossa demanda do Executivo Municipal.

Obrigada, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana)** – Obrigada, Denise.

Pergunto se o Vereador Sansão Pereira gostaria de se manifestar. (Pausa)

**O SR. SANSÃO PEREIRA** – Muito bom dia, Sra. Presidente, demais Vereadores, nosso colega Líder do Governo, Fabio Riva, Denise, Secretário Armênio e todos os que estão

participando conosco desta audiência. Que Deus ilumine e abençoe a todos.

Claro, é importantíssima essa prorrogação para que possamos fazer uma avaliação da coleta de informações para fazer algo mais eficiente e produtivo em favor da cidade de São Paulo, em favor da população que está sendo ouvida, das representações de classe. Claro, é muito, muito importante, concordo sim. Então, nada mais a falar, só desejar um excelente dia a todos. E vamos em frente, vamos prorrogar. Estamos vendo, graças a Deus, o Prefeito Ricardo Nunes andando com seus Secretários e com a Câmara Municipal, em favor da população da cidade de São Paulo. Estamos juntos, estamos unidos, vai dar certo. Contem conosco.

Bom dia a todos.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana)** – Obrigada, Vereador Sansão.

Vereador Fabio Riva, nosso Líder do Governo, gostaria de se manifestar? (Pausa)

**O SR. FABIO RIVA** – Bom dia, Presidente Sandra.

Primeiro, agradeço a disponibilidade de estar hoje na Câmara Municipal com o Zé Armênio e a Patricia. É importante a prorrogação, pelo Executivo, para encaminhar para a Câmara Municipal a revisão do Plano Diretor. Já foi colocada a questão dos números, mas acho que essa transparência e esse prazo vão trazer a participação popular. Esse plano será encaminhado à Câmara, e, aqui, ainda vamos fazer diversas audiências públicas pela Comissão de Política Urbana, pela própria Comissão de Constituição e Justiça. Enfim, acho que a gente vai amadurecer ainda mais o projeto de revisão.

Quero também aproveitar que estamos falando em prorrogação do prazo, acho importante também a gente jogar luz e discutir na Câmara a eventual prorrogação do prazo da anistia. Acho que, valendo-nos do próprio projeto, também fazer uma sugestão para prorrogação da anistia pelo mesmo prazo do Plano Diretor. Acho que é importante a gente começar a discutir isso na Câmara. Algumas pessoas têm instado no sentido de que ainda não deram entrada no processo de anistia, tem algumas questões envolvendo as outorgas. Então, acho que é importante a gente também pensar na prorrogação do prazo da anistia.

Essas são as minhas considerações. Parabenizo o trabalho e vou me manifestar no

próximo projeto em pauta.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana)** – Obrigada, Vereador Fabio Riva.

Concordo com sua sugestão, é muito importante se nós pudermos discutir a questão da prorrogação dos prazos da anistia.

Bem, não temos, neste momento nenhum inscrito de forma virtual ou presencial. Portanto, declaro realizada a audiência pública sobre o PL 670/2022. Agradeço a presença do Dr. José Armênio, da Patrícia, de todos os que se manifestaram conosco de forma virtual. Obrigada. (Pausa)

Dando seguimento à reunião, declaro aberta a audiência pública sobre o PL 633/2022, do Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 16.953, de 12 de julho de 2018, adequando-os às disposições da Emenda Constitucional 113, de 08 de dezembro de 2021, bem como da Lei nº 13.179, de 25 de setembro de 2001, da Lei nº 13.259, de 28 de novembro de 2001, da Lei nº 16.651, de 16 de maio de 2017, da Lei nº 17.324, de 18 de março de 2020 e dá outras providências. [Institui o Programa Especial de Quitação de Precatórios]”.

Neste momento, passo a palavra ao Sr. Luiz Felipe Vidal Arellano, Secretário-Adjunto da Secretaria Municipal da Fazenda, neste ato representando o Sr. Guilherme Bueno de Camargo.

**O SR. LUIZ FELIPE VIDAL ARELLANO** – Bom dia a todos. Bom dia, Vereadora. Bom dia, Vereadores, demais colegas do Poder Executivo e cidadãos da cidade de São Paulo que acompanham esta audiência pública.

É uma satisfação contribuir, da parte do Poder Executivo, com as discussões desse projeto de lei. É um projeto que visa a modernizar a legislação que trata das estratégias de pagamentos de precatórios devidos pela cidade de São Paulo, adequando a legislação municipal ao que já é previsto na Constituição Federal em vista das inovações trazidas pela Emenda Constitucional 113.

Vou dar apenas um contexto geral sobre a situação da cidade de São Paulo em relação à dívida de precatórios, porque o projeto é relativamente simples. Aí, fico à disposição

para eventuais esclarecimentos posteriormente, depois também, claro, da contribuição da Dra. Marina em relação aos aspectos ligados à transação tributária que também estão inseridos nesse projeto.

Em relação à dívida de precatórios, a Cidade deve hoje cerca de 22 bilhões de reais em precatórios. Depois da renegociação da dívida do município com a União, essa é, ao lado do passivo previdenciário, a maior dívida do município. Mas, ao contrário do passivo previdenciário, que está sob controle depois das reformas que nós fizemos e que tem um prazo de amortização mais longo, essa dívida tem um prazo, pela Constituição Federal, de pagamento até dezembro de 2029.

Vinte e dois bilhões de reais é um saldo considerável, e o município vem pagando cerca de 3,75% da sua receita corrente líquida anualmente para fins de quitação dessa dívida. Infelizmente, os novos precatórios, que se acumulam com a atualização do saldo dos precatórios, vêm fazendo com que esse estoque, apesar do enorme pagamento que é feito anualmente, não caia na velocidade que nós gostaríamos e que é necessário para que a gente chegue ao prazo de 2029 com essa dívida devidamente sanada.

Por isso, a gente entende como necessária essa adaptação da legislação municipal, permitindo que a gente possa utilizar outras formas, além do pagamento em dinheiro, para quitar os nossos precatórios.

A primeira medida que a gente inclui nessa legislação é a atualização do prazo de constituição das dívidas inscritas em Dívida Ativa, que podem ser utilizadas como meio de pagamento em encontro de contas com precatórios. Nós estamos atualizando o prazo, que antes era até novembro de 2015, de constituição dessas dívidas, para até dezembro de 2021, com isso permitindo a inclusão de novas dívidas como meio de compensação de créditos de precatório.

Além disso, nós também estamos autorizando que sejam utilizados precatórios como forma de quitação por outorgas em concessões e alienações de ativos realizados pela Prefeitura, tais como por exemplo imóveis. Com isso, a gente acredita que a gente consegue acelerar a quitação de precatórios sem comprometer o caixa da Prefeitura, uma vez que esse caixa é

necessário para que a gente faça os investimentos previstos no Plano de Metas e também para que a gente possa dar andamento às despesas de custeio da Prefeitura sem dificuldades e descontinuidades.

Outra medida que está inserida nesse projeto e que também vai no mesmo sentido é a possibilidade de a Prefeitura atualizar o valor relativo às requisições de pequeno valor em percentual superior à inflação de um ano para o outro quando, do ponto de vista fiscal, isso se mostrar possível. Com isso, a gente aceleraria também o pagamento dessas dívidas de menor valor, trazendo um benefício para o pequeno credor de precatórios da Prefeitura e utilizando a nossa disponibilidade de caixa para acelerar esses pagamentos e conseguir atingir a meta de 2029.

Em relação aos aspectos fiscais do projeto, isso é o que eu gostaria de apresentar, e fico à disposição para esclarecimentos que eventualmente possam surgir, apresentadas pelos Vereadores ou pelos cidadãos.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana)** – Obrigada, Secretário Arellano. Neste momento, passo a palavra à Sra. Marina Magro Beringhs Martinez, Procuradora-Geral do Município, que também participa de forma virtual.

**A SRA. MARIA MAGRO BERINGHS MARTINEZ** – Olá. Bom dia a todos. Bom dia, Vereadora Sandra. Bom dia aos demais Vereadores presentes.

De minha parte, abordando a questão da transação tributária, dada a pertinência temática desse projeto de lei que tratava da compensação de dívidas de precatórios, nós aproveitamos para trazer alguns aperfeiçoamentos, alguns ajustes relacionados à transação tributária.

Esse é um instrumento que vem sendo muito usado pela advocacia pública pelos demais entes da Federação e ele tem uma nota característica, ao contrário de outros tipos de programas que são feitos dentro dos Estados, dos municípios e pela União: ele se preocupa nitidamente com o devedor, qual é o perfil do devedor e qual é a forma que nós podemos fazer

para que haja o saneamento da situação da dívida pública, da Dívida Ativa.

O que se pretende com a transação tributária? Fazer uma coisa mais personalizada, em que a gente possa ajudar, dar uma condição de retomada ao contribuinte que por alguma contingência se viu na impossibilidade de pagar os seus tributos e, ao mesmo tempo, acelerar, melhorar, incrementar a arrecadação para a Dívida Ativa.

Então, houve esse marco pela Lei 17.324, de março de 2020, que introduziu, dentro do município de São Paulo, a figura da transação tributária, que já vinha há um ou dois anos sendo aplicada pela União Federal, por meio da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; e pudemos ter então o início desse conceito aqui, dentro do município, por meio dessa legislação. Como era um ano eleitoral e havia vedações eleitorais para instituição de benefícios, nesse calendário, então não foi possível implementar nada naquele momento e também sem contar que houve a pandemia. Então, foi uma coisa sendo gestada e elaborada ao longo desses anos, aguardando a oportunidade de que não houvesse também algum impedimento legal para essa implementação.

Então, durante esse meio tempo, nós estivemos tratando disso, da parte de sistema, da parte tecnológica, junto com a Prodam, de modo que, para o começo do ano que vem, nós teremos condições de inaugurar o programa de transação tributária aqui dentro do município de São Paulo. E para isso nós detectamos que eram necessários alguns ajustes, alguns aprimoramentos, que estão sendo trazidos por meio desse projeto de lei. Ele também é fruto de um grupo de trabalho, que fez esses estudos durante aproximadamente um ano aqui dentro da PGM, e teve colaboração do pessoal da Secretaria da Fazenda. Enfim, juntando a colaboração, as análises e os estudos tanto da Secretaria da Fazenda quanto dos departamentos aqui da Procuradoria Geral do Município, nós chegamos então a condições de redação que estão contidas nesse projeto de lei.

Basicamente é isso. Ele trata da operacionalização da transação tributária, de uma melhor definição do comportamento que deve ter tanto a Procuradoria como o contribuinte, para a gente melhor definir e conseguir encontrar o perfil do contribuinte que vai ser o recebedor da

transação tributária. Também estou aqui à disposição para eventuais perguntas que passam surgir ainda no decorrer da audiência.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada.**

Pergunto se, nesse momento, a Sra. Denise Soares Ramos, Chefe de Gabinete da Casa Civil, gostaria de se manifestar acerca desse projeto.

**A SRA. DENISE SOARES RAMOS –** Presidente Sandra, nossos Colegas, saúdo a todos. Acredito que a explanação do Sr. Secretário Arellano e a da Sra. Marina foram bem claros, sobre os objetivos do projeto. Está claro também que isso já é uma prática de outros entes e a Prefeitura guardou aí o melhor momento para implementar, fazendo a sua lição de casa, como bem destacou a Dra. Marina. A gente já está em análise com a Prodam, para poder implementar essa transação da melhor maneira. Então, da parte civil, não vejo muito a agregar às explicações já dadas. Só reforço a importância da audiência pública e da participação dos Vereadores, para a gente sempre poder também aprimorar os projetos prioritários ao Executivo.

Agradeço a participação.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada.**

Eu queria aqui, neste momento, deixar, como contribuição, depois de ouvir a fala inicial do Secretário Arellano e, na sequência, as Dras. Marina e Denise. A gente vê o quanto é importante a questão da modernização da legislação. Essa foi uma das primeiras palavras que o Secretário Arellano falou. Nesse caso, a modernização da legislação para a questão do pagamento dos precatórios. Acho que todo tipo de celeridade que o Poder Público pode ofertar a cada um dos cidadãos e cidadãs da cidade de São Paulo é muito importante, e a minha humilde contribuição é que as plataformas da Secretaria de Finanças possam também passar por algum tipo de modernização. Isso facilitaria bastante a população, principalmente a população mais carente e mais vulnerável, que tem inclusive menos acesso a plataformas virtuais.

Vereador Sansão, eu, que atuo muito nas áreas periféricas da cidade, principalmente as áreas periféricas da zona Norte, a gente percebe - quando chega o momento de adesão à

PPI, de busca de solução para dívidas de IPTU - o quanto sofrem aquelas senhoras e aqueles senhores que não têm tanto traquejo e que dependem muito de outras pessoas.

E por mais que haja as praças de atendimento, por haver a necessidade de utilização de uma senha, que é de uso pessoal e individual, os servidores que estão ali, nas praças de atendimento das subprefeituras e da secretaria, não podem auxiliar o munícipe nesse sentido, porque eles estariam se utilizando de algo que é sigiloso, que é uma senha. Então, se nós pudéssemos também modernizar essas plataformas - que são extremamente acessíveis, mas não tanto para esse público - seria bastante importante.

Então, deixo aqui registrada essa nossa contribuição, fruto de muita audição. Eu fui subprefeita por duas ocasiões, uma em Perus e outra na Brasilândia, na subprefeitura periférica, no nosso mandato e, ao longo da minha vida pública, que já se somam quase 30 anos, ouvindo muito. Nesses últimos anos, apesar de as pessoas serem muito gratas por ter mais acesso à informação, a gente ainda vê que elas sofrem com algumas questões que eu acredito que o Poder Público, com toda boa vontade que vem demonstrando, nessa gestão, pode melhorar um pouco. Então, fica aqui registrado.

E gostaria de oferecer a palavra ao nosso Vereador Sansão Pereira.

**O SR. SANSÃO PEREIRA** – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Realmente é muito importante essa contribuição que a senhora acaba de dar agora à cidade de São Paulo, essa orientação, esse conselho, ajuda, enfim, ao Executivo, que eu tenho certeza que vai somar, acrescentar, em muito, já pelo tempo que a senhora acabou de mencionar, quase 30 anos de vida pública, sendo subprefeita em duas subprefeituras, graças a Deus, e vemos então uma preocupação do Prefeito Ricardo Nunes, do Executivo, em ajudar nessa questão dos precatórios, na quitação das dívidas. E estamos aí para contribuir, para participar, como sempre, a Câmara junto com a cidade de São Paulo, junto com o Prefeito, junto com o povo, para fazer o melhor em favor de uma melhor qualidade de vida para São Paulo e para as pessoas.

Então, contem sempre conosco e contem com o mandato desse Vereador Sansão

Pereira.

Obrigado, minha amiga Presidente e obrigado a todos.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada.**

O Vereador Rubinho Nunes segue na audiência? (Pausa) Se estiver, pode se manifestar a qualquer momento. Vi que o Vereador Donato acaba de entrar também. Gostaria de se manifestar, Vereador Donato? Estamos no PL 633.

**O SR. ANTONIO DONATO –** Sim. Estou acompanhando já há algum tempo. Obrigado, Presidente. Eu gostaria de fazer duas perguntas. A primeira ao Luiz Felipe, que diz respeito à questão dos precatórios. Bom, existe um mercado de precatórios legítimo, que, em geral, tem um deságio grande para quem adquire precatório e o direito do precatório, porque ele vai ter um tempo, até poder exercer esse direito, e esse deságio varia. Não sei direito, não conheço muito esse mercado, mas eu já falar em 70% de desconto, 50% de desconto.

Na medida em que você pode usar esse precatório para, por exemplo, pagar outorga de uma concessão, não há mais essa questão do tempo, há um ganho imediato. Você compra, no mercado de precatórios, com desconto de 50%, de 70%, e você vai apresentar esse precatório para honrar uma outorga da Prefeitura, no seu valor de face de 100%. Não haveria alguma forma de você ter um ganho da Prefeitura nesse aspecto, de fixar que o precatório corresponda a 70%, por exemplo, do seu valor de face? Até porque parece que a Prefeitura negocia precatórios com 30% de desconto.

É isso? Então, eu acho que seria uma boa medida se a gente pudesse utilizar algum tipo de limite, para que esse superganho seja compartilhado pelo Poder Público, que, no fim das contas, é quem pode melhor fazer uso desse recurso. Então, essa seria a primeira coisa.

Segundo, queria perguntar para a Dra. Marina. Nós aprovamos já - aí me desculpe, porque estou falando de memória e posso ser impreciso - a transação tributária para instituições de ensino, se não me engano, instituições educacionais. Eu gostaria de saber se foi feita alguma transação tributária, porque eram condições muito vantajosas, até me parece, de 70% do principal, fora descontos dos juros e das multas. O que me preocupa? É evidente que para o

pequeno devedor da Prefeitura, para a pessoa estar ali com uma dificuldade, a gente tem que procurar garantir todas as vantagens. O que me preocupa são os grandes devedores, os grandes devedores. De repente uma dívida de 500 milhões vai virar 150 milhões. Aí acho que começa a haver algum tipo de problema nessa negociação. Então, eu acho que a gente deveria ter parâmetros em relação ao valor da dívida.

Então, são duas questões. A primeira se a senhora considera que deveria haver algum tipo de parâmetro; e a segunda é em relação ao que nós já aprovamos, se existiu alguma negociação feita. Parece-me que eram instituições religiosas e educacionais. Eu não me lembro exatamente, mas eu tenho certeza de que educacionais eram, porque me chamou bastante atenção. Então, eu queria saber já houve alguma transação nesse sentido, porque agora se aumenta o escopo dessa transação tributária.

São essas questões, Presidente. Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada.**

Pergunto, nesse momento, se o Líder do Governo, Vereador Fabio Riva, gostaria de se manifestar, fazer as suas considerações ou se posso passar a palavra aqui para que sejam dadas as respostas aos questionamentos feitos pelo Vereador Donato. (Pausa) Acho que nós podemos ir primeiro para as respostas. Tudo bem, Secretário Arellano?

**O SR. LUIZ FELIPE VIDAL ARELLANO –** Sim. Obrigado, Vereadora e obrigado demais Vereadores pelas perguntas e comentários.

Primeiramente em relação à sugestão de maior acessibilidade nos portais da Secretaria da Fazenda, devo dizer que alguns Vereadores têm toda razão. A gente já identificou esse ponto de melhoria e temos trabalhado, elencando, como prioritários, aqueles serviços que são mais utilizados pelo cidadão mais simples, que talvez tenha mais dificuldade de acessar os serviços normais da secretaria, para uma remodelagem do nosso portal; e temos tido bons resultados nesse sentido, trabalhando com metodologias de experiência do usuário e melhoria das interfaces gráficas, inclusive com entrevistas e trabalho com o grupo focal, para que a gente possa melhorar a usabilidade dos nossos serviços virtuais e presenciais. Inclusive esse esforço

tem sido reconhecido. A Secretaria da Fazenda recebeu, nesse ano, um prêmio inclusive, por conta das melhorias introduzidas no aplicativo de utilização para emissão de nota pelo microempreendedor individual. Então, esse é um trabalho que a gente tem realizado. É um trabalho que é longo e difícil, e sempre há oportunidade para ser melhorar. Agradeço o comentário. Devo dizer que está convergente com a nossa percepção, de necessidade de melhoria e temos trabalhado nesse sentido.

Em relação à pergunta do Vereador Donato, é uma pergunta muito boa, nós pensamos a respeito disso e inserimos um dispositivo no projeto de lei que, no nosso entendimento, resolveria esse problema. E explico um pouco melhor o contexto desse dispositivo que foi inserido.

Como V.Exa. comentou, de fato existe um mercado, um mercado em que o deságio, e nossa informação é de que, também, gira entre 60 a 80% do valor do precatório, a depender da data de geração desse precatório e das condições de pagamento.

Em minha opinião é um dos pontos que deveria ser aproveitado pela Prefeitura, mas, infelizmente, a emenda constitucional que tratou desse assunto, depois da Declaração de Inconstitucionalidade da Emenda Constitucional 62 pelo STF limitou o deságio em acordos diretos com a Prefeitura a 40%. E, hoje, a Prefeitura tem praticado nos seus acordos diretos deságios que vão de 40 a 30%, dependendo da idade daquele precatório, com resultados bastante positivos.

Então a dúvida que surge, realmente, é: a partir do momento em que eu permito que seja feito o encontro de pontos com a dívida ativa ou pagamento de outorgas eu não abro mão de poder ter esse deságio - de receber esse deságio - justamente para evitar que isso aconteça nós inserimos, na proposta que foi encaminhada à Câmara, o seguinte dispositivo, que é a introdução do parágrafo 6º no artigo 2º da Lei 16.953, que fica, por nós sobreposta, a seguinte redação: "O Poder Executivo poderá limitar o valor aproveitável do precatório judicial para os fins de que trata esse artigo aos limites praticados pela Prefeitura de São Paulo, na realização de acordo direto com credores, com base no artigo 102, parágrafo 1º do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias".

Qual é a nossa ideia? É que possamos, por decreto, fixar que, naqueles casos de compensação de precatórios com outorga devida por concessões, ou aquisições de imóveis, ou mesmo encontro de dívida ativa, a gente posso ter aqueles mesmos deságios que aplicamos de acordo com a idade do precatório nos acordos diretos, sendo utilizados para fins desse encontro de dívidas e créditos.

Dessa maneira, teríamos o mesmo ganho em relação aos deságios nas duas formas de quitação, seja no acordo direito, seja na compensação com dívidas que a Prefeitura tem, sendo que temos a vantagem da compensação com dívidas, pois não temos um desembolso financeiro.

Obrigado. Fico à disposição.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana)** – Obrigada, Secretário. Não temos nenhum inscrito. Gostaria de saber se o Vereador Fabio Riva gostaria de se manifestar nesse momento. (Pausa) Pois não.

**O SR. FABIO RIVA** – Obrigado. Só para corroborar a importância desse projeto... (Falha na transmissão) ... Ouvi de forma bastante... (Falha na transmissão) ... do Vereador Donato..., (Falha na transmissão) ...mas ouvi as explicações do Luiz Felipe. Acho que é um passo importante... a questão dos precatórios sempre é uma preocupação na cidade de São Paulo. Salvo engano acho que é a segunda maior, hoje, dívida do Município, tirando a questão previdenciária, é a dos precatórios.

Então acho que são mecanismos que estão ajustados por uma lei federal. Vamos, dessa forma, avançando. Temos, acho, que mais uma audiência pública desse projeto, por isso vou me manifestar, inclusive, de forma presencial com algumas observações que venha a fazer no projeto. Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana)** – Obrigada, Vereador Riva. Pergunto se mais alguém deseja fazer uso da palavra, para alguma manifestação ou consideração? (Pausa)

Como não temos também mais nenhum inscrito, declaro realizada a audiência

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4  
**NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO**

REUNIÃO: **19715** DATA: **05/12/2022** FL: **22** DE 22

---

pública do PL 633/2022, agradecendo a presidência de todas as senhoras e senhores.

Estão encerrados os nossos trabalhos.